



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10800 - Resumo Expandido - Pôster - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

GESTÃO ESCOLAR, GERENCIALISMO E REGULAÇÃO EDUCACIONAL POR RESULTADOS: TÔNICAS DO DEBATE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Alexandra Biondo Lopes Pacheco - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES - CÓDIGO 001

GESTÃO ESCOLAR, GERENCIALISMO E REGULAÇÃO EDUCACIONAL POR RESULTADOS: TÔNICAS DO DEBATE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Resultado do desdobramento de um estudo em desenvolvimento, este trabalho problematiza o modelo de gestão que vem sendo instaurado na escola pública – não sem resistências – a partir da década de 1990, com a ascensão do gerencialismo na gestão educacional, fortalecendo a lógica da produção de resultados e o caráter empresarial de organização, gestão e ação educativa (LAVAL, 2004). Tendo por objetivo analisar, com base em produções da área da Educação, ocorridas entre 2010 e 2020, o debate que se processa quanto à relação entre o gerencialismo na gestão da escola pública brasileira e o impulso de medidas de regulação educacional por resultados no país, serve-se de pesquisa bibliográfica e de uma abordagem qualitativa de investigação.

Aponta a década de 1980, no Brasil, período em que desponta um projeto de educação no contexto das lutas de educadores e que, dentre as proposições para a educação, situava a gestão democrática para a escola pública. Uma concepção de gestão a partir da qual se fundamentam as práticas no interior da escola, compreendida como campo de luta de classes e, portanto, de disputa por concepções de educação e de sociedade. Com base em Neves (2007), no curso de tal disputa emerge o modelo gerencial de gestão escolar presente na atualidade, de modo que, a partir da década de 1990, com o acirramento dessa disputa na sociedade brasileira, as propostas societais e educacionais envolvidas – neoliberal e democrática de massas – assumem novos contornos.

De um lado, o movimento dos educadores culminou com a proposta democrática de educação defendida pela classe trabalhadora, profissionais de educação, órgãos sindicais e

demais instituições, conselhos e associações ligadas à educação. Consubstanciada em fundamentos como de Paulo Freire e Antonio Gramsci, a proposta defende uma educação crítica e de qualidade, com propósito de transformação das relações sociais vigentes, acessível à classe trabalhadora. De outro, encontra-se a proposta neoliberal de educação escolar, identificada com a burguesia e seus aliados (NEVES, 2007).

Sob a influência de segmentos, como organismos internacionais, organizações da sociedade civil mantidas por grandes grupos empresariais, grupos religiosos conservadores, partidos de direita, dentre outros, a proposta da burguesia obteve terreno, possibilitando a ascensão de medidas com caráter privatista e mercadológico. A resultante são políticas educacionais que reforçam o traço empresarial da educação, com forte repercussão em diferentes domínios da educação pública, como o currículo, a formação de professores e a gestão escolar.

Ao deslocar as atenções para o tema da gestão escolar, sob tais circunstâncias, o trabalho destaca que, na década de 1980, ao passo que sobressaíam os avanços em termos de direitos sociais conquistados, do ponto de vista econômico, a entrada nos anos 1990 ficaria marcada por uma crise impulsionada pela alta da inflação, com trágica repercussão no campo social brasileiro. Para os defensores do neoliberalismo, a saída da crise passaria, necessariamente, pela adoção da agenda neoliberal, a exemplo de outros países, de modo que a implementação de uma série de medidas afins, promovidas ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso, trouxe consequências pesadas ao campo social, sendo devido apontar um elemento emblemático desse processo, referencial para o debate sobre gestão pública e da educação: a Reforma do Estado.

A bandeira reformista enaltecia a promoção de um Estado moderno, mais eficiente, eficaz, menos burocrático e, por isso, expressão da saída para enfrentar a mencionada crise. Portanto, como parte da reforma do Estado, a reforma do aparelho do Estado – de sua estrutura e aparato de funcionamento – implicaria diretamente sua gestão. Com base na *New Public Management*, o modelo gerencial, guiado por princípios da administração empresarial, foi tornado referência à Reforma do Estado. A extensão desse modelo ao setor educacional e à escola tornou-se evidente, de modo que a gestão foi tornada eixo das reformas do setor, o que resultou na alteração da forma de organização e gestão da escola pública.

Nesse cenário de adequação da escola aos interesses econômicos, a influência de organismos internacionais na formulação das políticas educacionais é evidente. Sob os argumentos “da inserção competitiva no mundo globalizado e de busca da equidade e de redução da pobreza” (NARDI, 2015, p. 56), tais políticas instituem na escola mecanismos de regulação que implicam diretamente o currículo, a formação e o trabalho de docentes e gestores. Portanto, como parte das adequações intentadas pelo movimento reformista, as políticas de regulação educacional levadas a efeito passam a instaurar uma nova dinâmica para o trabalho escolar, com vistas à produção de resultados mensuráveis.

Para a auscultação do debate na área da Educação, conforme o objetivo proposto, o levantamento de publicações foi realizado nos acervos da *Scientific Electronic Library Online* (*SciELO*), Portal de Periódicos Capes e Catálogo de Teses & Dissertações (Capes). Para tanto, foram adotados dois descritores principais – *gerencialismo [na educação]* e *regulação [educacional] por resultados* – e três secundários – *gestão por resultados; gestão escolar e gestão democrática*. Foram considerados os textos produzidos no Brasil, datados de 2010 a 2020, filiados à grande área do conhecimento *Ciências Humanas* e à área *Educação*, o que possibilitou acessar 24 trabalhos. A partir da leitura do material, foram elencados três eixos temáticos característicos da produção: *gerencialismo na gestão escolar e ênfase nos resultados; gerencialismo e formação de professores; e políticas, gestão e trabalho docente*.

Os textos do primeiro eixo destacam temas referentes às parceiras público-privadas, problematizando-as com base em um projeto de democratização da educação pública, haja vista implicações da ação de organizações privadas na gestão da escola pública, como demonstram, por exemplo, Peroni e Comerlatto (2017).

Há, também, registros sobre as avaliações em larga escala, como política de regulação e suas implicações na dinâmica pedagógica da escola, bem como na autonomia dos professores e gestores. Encontra-se destacado, por exemplo, que no contexto da produção de resultados, a escola assume uma nova dinâmica de organização, com ênfase nas avaliações, o que implica, entre outros aspectos, a função dos gestores da escola, comprometendo sua autonomia e redirecionando suas práticas para longe das atribuições que identificam suas funções (SILVA; SAMPAIO, 2015).

Os autores de publicações do segundo eixo – *gerencialismo e formação de professores* – debatem a temática predominantemente com atenção às políticas educativas embasadas no gerencialismo, entendidas como mecanismos de força que promovem os pressupostos neoliberais da individualidade, do empreendedorismo e da *performance* para os cursos de formação docente, servindo-se do discursos da modernização, competitividade e meritocracia. Conforme refere Lima (2016), diante dessas políticas públicas, a formação de professores das últimas décadas têm assumido uma feição tecnicista e didatista.

Também são encontrados argumentos que têm em conta o fato de grupos empresariais dominarem o segmento da educação superior nos cursos de licenciaturas, bem como parcerias entre governos e organizações da sociedade civil, ligadas a organizações globais que possuem vínculo com grandes grupos empresariais, na oferta de formação de professores para redes de ensino (CAETANO; COSTA, 2018). Segundo Hypólito (2010, p.1338), o Estado, como agente regulador, intervém na formação de professores por meio de políticas educativas de cunho neoliberal e o modelo gerencial de gestão escolar fecharia o ciclo para o êxito dessas políticas, com mecanismos de regulação do trabalho docente, do currículo e da gestão escolar.

Os textos reunidos em torno do terceiro eixo – *políticas, gestão e trabalho docente* – intensificam o debate acerca de ações do Estado e da implantação de mecanismos de

regulação e responsabilização com efeitos sobre o trabalho dos professores e gestores escolares. Alertam, por exemplo, que a descentralização, ao passo que representou maior autonomia aos docentes (OLIVEIRA, 2007), também contribuiu para intensificação e precarização do trabalho (MELO, 2010), acarretando consequências à saúde física e mental dessa categoria de trabalhadores.

Outro tema recorrente nos estudos desse eixo são os mecanismos de regulação e responsabilização sobre o trabalho dos docentes, materializados nas escolas por meio de políticas educacionais formuladas segundo pressupostos neoliberais e que encontram respaldo no modelo gerencial. O paradoxo desse modelo regulatório, de acordo com Oliveira (2007, p.367), em referência ao contexto latino americano, “é que, ao mesmo tempo em que cresce a autonomia dos sujeitos, também cresce o controle sobre eles”.

Em suma, nos debates presentes nos textos examinados é possível perceber que o modelo gerencial para a gestão serve-se de mecanismos de regulação materializados pelas políticas educacionais da atualidade, influenciando um conjunto de elementos que se interligam e reforçam a lógica neoliberal. Os estudos abordam esses elementos como temáticas que se aproximam e que abrem caminho para outros estranhamentos, assim como para campos de resistência. Embora prevalecendo nos trabalhos o tom de denúncia, diante dos obstáculos causados pela lógica mercantil incidente na educação brasileira em todos os níveis, há reiterados apontamentos de vias e práticas de resistência à lógica posta.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Educacional. Gerencialismo. Políticas de regulação.

REFERÊNCIAS

CAETANO, Maria Raquel; COSTA, Marilda de Oliveira. Gerencialismo, internacionalização da educação e o papel da Teach For All no Brasil. **Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 249-275, jan./mar. 2018.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação & Sociedade**, Campinas v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez. 2010.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LIMA, Licínio C. Sobre a educação cultural e ético-política dos professores. **Educar em**

Revista, Curitiba, n. 61, p. 143-156, jul./set. 2016.

MELLO, Lúcia de Fátima. **Reformas educacionais e gestão democrática no estado do acre: repercussões no trabalho do núcleo gestor da escola**. 2010. 357 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Brasil século XXI: propostas educacionais em disputa. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007. p. 205-224.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal; COMERLATTO, Luciani paz. Parceria público-privada e a gestão da educação: o Programa Gestão Nota 10 do Instituto Airton Senna. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 113-133, jan./mar. 2017

NARDI, Elton Luiz. Autonomia da escola e regulação da qualidade: (pro) posições da Cepal para políticas de gestão da educação na América Latina. *In*: NARDI, Elton Luiz; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; VIANA, Isabel Maria Torre Carvalho (org.). **Políticas públicas e regulação da educação: temas em debate**. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 55-83

SILVA, Luís Gustavo Alexandre da; SAMPAIO, César Luis. Trabalho e autonomia do coordenador pedagógico no contexto das políticas públicas educacionais implementadas no Estado de Goiás. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 964-983, out./dez. 2015.